



A “LITORALIZAÇÃO” DE CAMOCIM (CE) E O TERITÓRIO USADO DA PRAIA DE MACEIÓ - CE¹

THE “LITORALIZAÇÃO” OF CAMOCIM (CEARÁ STATE) AND THE USED TERRITORY OF THE MACEIO BEACH – CEARÁ STATE

José Arilson
Mestrando em Geografia pela UFC
arilsonxavier@yahoo.com.br

RESUMO

Este ensaio discute o processo de *litoralização* no município de Camocim (CE), destacando as ações voltadas para desenvolver o turismo nos últimos anos. A Praia de Maceió é um dos principais *locus* dessas ações que transformam os usos do território, hoje, associados à moradia, trabalho, turismo, veraneio e excursionismo.

Palavras-chave: Litoralização; Território; Turismo; Camocim.

ABSTRACT

This article discusses the *litoralização* process in Camocim municipality (Ceará State). It focuses the actions aimed to develop the tourism in recent years. Maceio beach is a major locus of these actions that turn the uses of the territory. Nowadays, this uses associates the housing, work, tourism, second home and excursion.

Keywords: *Litoralização*; Territory; Tourism; Camocim.

1. INTRODUÇÃO

O litoral é uma parcela do espaço de valorização moderna que só recentemente vem sendo analisado cientificamente. Porém, muitos autores, nacionais e internacionais, já se destacam neste tratamento (Corbin, 1988; Almeida, 1997; Cazes, 1999; Dantas, 2006).

Só com uma mudança de mentalidade, o litoral passou a ser explorado para fins que ultrapassariam o trabalho e a moradia, sendo aproveitado também por práticas marítimas modernas. De território do medo, transformando-se em território cobiçado.

No Ceará, uma intensa valorização das zonas de praia ocorreu em consonância com o início das políticas públicas voltadas para o turismo no final dos anos 1980. Processo este também visível na região Nordeste, quando o imaginário social que vinculava esta região à seca, associa outros simulacros, lhe dando caráter de um paraíso litorâneo e ensolarado.

Nesta mesma ânsia “desenvolvimentalista”, o município de Camocim, através de seus variados setores, vem nos últimos anos envidando esforços para se tornar um destino significativo nas rotas do turismo do estado. Nesse município, destaca-se a praia de Maceió, como mais um exemplo de território que vem sendo incorporado pela “atividade sem fronteiras” do turismo, possibilitando ainda a incorporação

¹Artigo instigado e desenvolvido através da disciplina “Valorização dos espaços litorâneos”, ministrada pelo Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, no Mestrado em Geografia da UFC; 2007.



Situada na foz do rio Coreaú, a Praia das Barreiras, encontra-se dentro da zona urbana, oferecendo uma visão privilegiada da paisagem litorânea a leste de Camocim. Esta praia, que já foi a mais badalada da cidade, vem perdendo supremacia nos últimos anos, embora ainda sustente um significativo grau de visitação, principalmente por pessoas decorrentes de classes menos abastadas de Camocim e de cidades próximas.

Já a Praia de Tatajuba, situada entre a Ilha do Amor e a praia de Jericoacoara, a leste da sede de Camocim, chama atenção por sua beleza quase que exótica. Atualmente é palco de “disputas” acirradas entre investidores turísticos e a comunidade local, formada, na sua grande maioria, por famílias de pescadores tradicionais, organiza-se através de movimento de resistências.

A Praia de Maceió (figura 1), localizada a 17 km da sede municipal, apresenta-se inicialmente como uma aprazível vila de pescadores marcada pelos seus coqueirais e dunas, mas, que combina diversos usos em seu território.

A transformação de um lugar em destino turístico perpassa quase sempre por um processo de valorização do espaço por parte dos agentes, prioritariamente os políticos e os sociais, que os conforma.

A sociedade em suas relações espaços-temporais valoriza, subtende-se aqui a idéia de uso especulativo do solo, as parcelas da cidade (tomando o aspecto urbano como referência) de acordo suas atividades de trabalho e interesses, absorvendo destas, ganhos de ordem econômica. Tratando desta temática (Carlos, 2005) esclarece-nos que:

O processo de formação do preço da terra, enquanto manifestação do valor das parcelas, leva em conta, desde processos cíclicos da conjuntura nacional (que incluem a forma de manifestação de processos econômicos mundiais) até aspectos políticos e sociais específicos de determinado lugar. Todos esses fatores vinculam-se ao processo do desenvolvimento urbano, que ao realizar-se redefine a divisão espacial e, com isso, o valor das parcelas. O valor será determinado em função do conjunto ao qual pertencem, e na inter-relação entre o todo e a parte ocorre o processo de valorização real ou potencial de cada parcela do espaço (o preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização na cidade).

Em assim sendo, o espaço entendido como mercadoria, consegue através de mecanismos informacionais, mobilizar uma procura por parte de intencionalidades imobiliárias, e em dependendo, dentre outros fatores da localização, poderá ocorrer também procuras com finalidades turísticas e/ou de lazer.

Nesta vertente de entendimento, no bojo das intenções deste trabalho, faremos uso do termo “litoralização” – como fenômeno de valorização e transformação do litoral –, que segundo Dantas (2006) pode ser definido como:

Um processo organizado de incorporação do litoral ao mercado de terras e à indústria turística, fato resultante da adoção de políticas que provocam uma valorização artificial da terra, tem como consequência a expulsão dos seus antigos habitantes. Em suma, um processo produtor de uma nova paisagem, em virtude da construção de residências secundárias e a instalação de uma infra-estrutura turística a gerar problemas de ordem social e ambiental.

Dantas (2002a) já havia escrito que “o termo *litoralização* representa um neologismo explicitador de um movimento de ocupação contemporânea do litoral. A necessidade de criação de um termo é consequência da transformação do movimento de valorização do litoral em verdadeiro fenômeno da sociedade, ligado a uma urbanização significativa dos espaços litorâneos, e traduzido na inserção gradual das zonas de praia à lógica derivada de uma sociedade de lazer e turística”.

Com a clareação do termo² acima, percebemos que este pode ser, dependendo das circunstâncias espaciais de análise, correlacionado ou usado como sinônimo de “turistificação”³. Ressalvamos que, como a própria nomenclatura enseja, o uso deste se restringe a espaços intimamente ligados ao litoral, enquanto que o “turistificar” pode ser empregado também para os demais espaços (por exemplo: serra e sertão), sendo de uma maior complexidade por envolver uma série de outros fatores. Podemos assim afirmar que o litoral se turistifica, mas a serra e o sertão não se litoralizam.

² Esclarecemos que quando o autor se refere ao termo “indústria turística”, é para fazer alusão somente aos aspectos econômicos da atividade turística, não igualando uma atividade a outra. Ver Souza, J. A. X. de; Assis, L. F. de. 2007.

³ A “turistificação” do espaço em Camocim e sua discussão nas aulas de Geografia do ensino médio. Homem, Tempo e Espaço – revista on line. Sobral, v. 1, n. 1, p. 1-19, set. Disponível em: http://www.uvanet.br/rhet/artigos/art_turistificacao_jl.pdf



Na tentativa de compreender o processo de valorização do *espaço litorâneo* da cidade de Camocim discorremos por exercícios diacrônicos e sincrônicos, analisando ações políticas, públicas e privadas.

O litoral de Camocim já teve outrora importante papel na economia do Ceará. A cidade, nos anos 1920 a 1950, era uma das portas de entrada mais importantes do Estado através do Porto e da Estrada de Ferro de Sobral (Monteiro, 1984).

O porto contribuiu para que Camocim passasse a atrair imigrantes de outras regiões assoladas pela seca, provocando um aumento substancial em sua população. A eficiência portuária gerava crescimento para a cidade e região através da exportação das mais diversas mercadorias (Rodrigues, 2001).

Entretanto, com o assoreamento do rio Coreaú a eficácia do porto começa a dar sinais de declínio, iniciando, desta forma, seu processo de desativação para grandes embarcações. O escoamento da produção passou então a ser feito especialmente pelas rodovias, o que culminou na desativação do terminal ferroviário em 1977, em decorrência, em parte, da política nacional de valorização do transporte rodoviário. Esta política passa a beneficiar a emergente indústria automobilística que ora se instalava definitivamente no Brasil.

Com a desativação desses dois equipamentos, dá-se início a um processo de estagnação econômica no município. No entanto, a pesca industrial sustentou os empregos e a renda local, levando a cidade ao aumento da produção e exportação de pescados e crustáceos – apesar da expressão da pesca artesanal.

Outro setor que ao longo dos anos contribuiu para assegurar a economia de Camocim foi o comércio. Tal atividade é atualmente uma das mais fortes da cidade. Talvez, ainda por reflexo do tempo da pujança portuária, Camocim ainda hoje, mesmo com a ascensão arguciosa da cidade de Sobral na zona Norte do Estado do Ceará, exerce uma grande influência sobre municípios próximos (Martinópole, Granja, Chaval e Barroquinha), funcionando como “subcentro” terciário na Região.

Diante do quadro não tanto animador, e enxergando a possibilidade de incrementar a economia local, e por vez, se autodenominar como um governo desenvolvimentista, foi que o poder público municipal no final da década de 1990, com a valorização do litoral nordestino e cearense enquanto espaço de lazer e recreação, passa a considerar o turismo como a principal fonte econômica.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo de Camocim, elaborado em 2001 através de uma parceria entre o SEBRAE e a Prefeitura, traça os seguintes objetivos: desenvolver a atividade turística local de forma sustentável; buscar a melhoria da qualidade de vida da população; transformar Camocim no maior pólo turístico do Ceará; captar investimentos para o setor; consolidar o mercado turístico local; capacitar à mão-de-obra local; resgatar o patrimônio histórico-cultural; conscientizar o cidadão camocinense para a importância do turismo no município; preservar o meio ambiente; mobilizar os outros segmentos econômicos; criar uma infra-estrutura turística e propiciar a geração de trabalho e renda para a comunidade local.

Na análise destes objetivos, fica claro que a idéia era ambiciosa. Cabendo ao poder público o papel de agente planejador direto do “território turístico”, desenvolvendo ações que visassem melhorar a infra-estrutura do município, deixando-o mais pomposo, valorizando e desenvolvendo suas potencialidades turísticas (prioritariamente litorâneas), fosse gerenciando campanhas de marketing, construindo espaços, oportunizando cursos ou simplesmente “abrindo as portas” para os investidores.

No que tange aos investimentos turísticos na cidade de Camocim, tem chamado a atenção a presença do Grupo italiano *Marilha Tours*⁴, chegado no final da década de 1990, que instalou na cidade o *Boa Vista Resort & Conference Centre*, situado na Praia das Barreiras, a 2 km do centro, ainda em área urbana. A instalação deste equipamento em Camocim é fato motriz para a sua inclusão nas rotas do turismo internacional.

Construído em modelo de exigências internacionais é considerado o maior investimento da oferta turística camocinense. O resort causou um impacto considerável na cultura e no ambiente litorâneo, visto que intensificou a presença de estrangeiros na cidade e modificou aquela paisagem com tamanha construção, não compatível com as demais já existentes.



Não por acaso, depois da fixação deste resort, a estrutura física da cidade progrediu. Ações como: a criação do Centro de Animação Turística⁵, a reforma e ampliação do calçadão e a melhoria da iluminação da Avenida “Beira Mar”, o asfaltamento das principais ruas da cidade e a reforma do aeroporto foram efetuadas, visando valorizar a cidade em seu conjunto. Vale aqui destacar que o asfalto e o calçadão em direção norte têm seus limites nas mediações do resort, o que pode ensejar alguns questionamentos.

Com efeito, tal valorização veio a intensificar a especulação imobiliária nos terrenos de marinha da cidade. Acontece, já há algum tempo, um movimento de fixação das primeiras residências das classes privilegiadas locais nestes espaços, que antes se restringiam ao centro.

No ano de 2006, o governo municipal de Camocim, com a idéia principal de referenciar um de seus filhos mais ilustres, Euclides Pinto Martins⁶, fixou, na praça de mesmo nome do homenageado, situada no Centro da cidade, um míni avião que, por ser um aparato inusitado, tem se tornado pano de fundo para as lentes das câmeras fotográficas dos visitantes, ganhando assim caráter turístico de primeira ordem. Fotos essas que “levam” a cidade para além de suas fronteiras. Tal feito, salvaguardando proporções, contribuiu e contribui para reforçar a imagem de uma “cidade turística”.

As atividades festivas também são de suma importância para tornar um lugar atrativo, bem acessado e, por consequência, valorizado. Em Camocim, no que se refere aos eventos, destacam-se, a Festa de São Sebastião, o carnaval, a Procissão marítima de São Pedro, o Festival de Música, o Festival de Quadrilhas, a Etapa Nacional de Wind Surf, o Dia de Iemanjá, o Aniversário de Camocim, a Regata de Canoas, a Festa de São Francisco, as Regatas do Guriú, Tatajuba e Maceió, a Festa do Bom Jesus dos Navegantes, a Fenorte e o Reveillon, sem citarmos os eventos de sentido privado. Entendemos assim que, a menção a essas festividades denota o caráter litorâneo das atrações de Camocim, mesmo que não naturais.

A proximidade da praia de Jericoacoara, destino conhecido internacionalmente, mesmo num processo dicotômico, também, traz notoriedade a Camocim. Dependendo do acesso escolhido para se chegar a “Jeri”⁷, Camocim se torna passagem obrigatória por meio da travessia do rio Coreaú. Atualmente, está sendo asfaltada uma estrada que liga a cidade de Jijoca (sede de Jericoacoara) à cidade de Granja, vizinha de Camocim.

Em projeto pioneiro no Brasil, o roteiro turístico interestadual “Rota das Emoções”, idealizado pelo SEBRAE em parceria com o Ministério do Turismo (MTur), vai integrar Jericoacoara (Ceará), Delta do Parnaíba (Piauí) e Lençóis (Maranhão). No tocante ao Ceará, Camocim será uma das contempladas. Tal abono se deve à localização estratégica da cidade, assim como pelas suas potencialidades naturais e urbanas. Potencialidades que tenderão a ser ainda mais transformadas, por motivo das novas funcionalidades que lhes serão exigidas. Neste sentido, a lógica de construção de vias rodoviário-litorâneas, sobre a idéia de rede, também, oportuniza certa autonomia as estações intermediárias – caso de Camocim.

Com o direcionamento de recursos públicos voltados ao Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará (PRODETUR-CE), instrumento político de desenvolvimento regional que priorizou o litoral como área de concentração de ações voltadas para a adequação do espaço ao turismo, a cidade de Camocim passou a ser tida como um das cidades pólos deste programa, chamando a atenção de investidores e visitantes, aparecendo de fato como porção “litoralizada”.

⁴ Na lógica de “modernização” do espaço para fins turísticos, este Centro, também conhecido como Museu do pescador, ganhou o lugar da então extinta e charmosa Praça do Pote. A cidade tem como símbolo o “pote”, toponímia do nome Camocim, que na linguagem indígena quer dizer buraco para enterrar defunto. Esta praça já foi o “point” das classes abastadas da cidade.⁵ Considerado um pioneiro na aviação, ele realizou o primeiro vôo sobre o Oceano Atlântico entre a cidade norte americana de Nova Iorque e o Rio de Janeiro. O povo cearense faz memória a este camocinense quando o principal aeroporto do Estado le va seu nome.⁶ Interessante ressaltar que em Fortaleza a praia de Jericoacoara, assim como a praia de Canoa Quebrada, duas das mais procuradas do Ceará, é “vendida” como interior da capital e não do Estado.



Entendemos que todo o conjunto de decisões e ações desenvolvidas em Camocim, pensadas na mesma ou não, está intrinsecamente em conformidade com as políticas estatais do Ceará e da Região Nordeste do país, que objetivam continuamente se reforçar como paragens turísticas nacionais e internacionais. No entanto, esta racionalidade de construção de imagem turística é hoje seguida por vários lugares de todo o mundo, tornando-se uma lógica universal.

Contudo, nesse movimento de dotar o município de Camocim de condições favoráveis ao seu usufruto por práticas que transcendem às atividades tradicionais, na tentativa de se atrair visitantes potenciais, a Praia de Maceió, surge como uma das parcelas territoriais mais afetadas por essas intervenções políticas.

3. O TERRITÓRIO USADO DA PRAIA DE MACEIÓ – CE

Com a transformação das cidades e vilarejos litorâneos em pontos de recepção e/ou pontos de distribuição dos fluxos turísticos, observa-se a valorização contemporânea do litoral. Este fenômeno impõe-se como elemento de reflexão ao exigir modificação dos usos no litoral, espaço que deixa de ser virgem, ou simplesmente lugar de habitação e de trabalho dos pescadores, e se transmuda, atualmente, em lugar de negócios, sob o efeito da especulação imobiliária e do veraneio e, principalmente dos empreendedores turísticos e dos turistas (Dantas, 2002b).

A partir da citação de Dantas, enquadramos à praia de Maceió neste cenário (figura 2). Certamente por a mesma está sendo (re)organizada espacialmente por atividades que lhes eram estranhas, sua paisagem ganha novo discurso, seu território dinamiza-se, percebendo outras funcionalidades e outros usos.

Ao utilizar-se do espaço por intermédio de relações sociais, econômicas e políticas, o turismo, bem como o veraneio e outras atividades, vêm transformando a seus favores os mais diversos territórios.

Santos e Silveira (2001) alertam que “[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. Para estes autores, este recorte delimita o “território usado”, o qual, no âmbito do turismo é produzido por diversos grupos e/ou instituições sociais como os turistas, moradores locais, o Estado, os empresários etc.

Reforçando o dito acima, Santos (2005) ressalva que “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social” [...] “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”.

Tomando a praia de Maceió como um recorte territorial, identificamos que coexistem pelo menos cinco tipos de uso neste espaço: à moradia, trabalho, turismo, veraneio e o excursionismo.

Embora tenhamos hierarquizado essas formas de uso, sabemos que tais podem se encontrar intrinsecamente ligadas. Ligação que pode variar de grau de acordo com o momento do uso e dependendo de quem faz este. Podendo um só indivíduo se enquadrar na cadeia territorial de mais de uma dessas práticas.

Antes de quaisquer outras considerações, depois do já discorrido, entendemos que o movimento de valorização da praia de Maceió enquanto território recreativo e de lazer, só pode ser compreendido a partir do processo de litoralização de Camocim.

Em Camocim, a “animação” (no sentido de movimentação) sócio-espacial ocorrida no seu litoral, por conta da abertura aos investimentos turísticos, tem gerado influências em vários de seus recantos, sendo a praia de Maceió um dos mais agitados por estes fluxos.

Localizada a 17km da sede do município, Maceió teve seu processo de urbanização iniciado e acentuado no Governo de Sérgio Aguiar (1997/2004), no qual as políticas públicas visaram dotar esta praia de uma melhor infra-estrutura, tornando-a viável ao turismo. Este fato atraiu a atenção dos investidores privados (especialmente, estrangeiros), que foram seduzidos pelo aumento do fluxo de visitantes.

¹ Interessante ressaltar que em Fortaleza a praia de Jericoacoara, assim como a praia de Canoa Quebrada, duas das mais procuradas do Ceará, é “vendida” como interior da capital e não do Estado.



Figura 2 - Imagem da praia de Maceió, com destaque para o uso e ocupação do solo. Fonte: Google Earth, 2007.

Em Camocim, a “animação” (no sentido de movimentação) sócio-espacial ocorrida no seu litoral, por conta da abertura aos investimentos turísticos, tem gerado influências em vários de seus recantos, sendo a praia de Maceió um dos mais agitados por estes fluxos.

Localizada a 17km da sede do município, Maceió teve seu processo de urbanização iniciado e acentuado no Governo de Sérgio Aguiar (1997/2004), no qual as políticas públicas visaram dotar esta praia de uma melhor infra-estrutura, tornando-a viável ao turismo. Este fato atraiu a atenção dos investidores privados (especialmente, estrangeiros), que foram seduzidos pelo aumento do fluxo de visitantes.

Tal situação pode ser compreendida pelo “apelo apaziguador por uma imagem (quase sem imaginação) dos componentes do espaço turístico como equipamentos forjados no ‘belo’ (a praia, o hotel, o show, o monumento, o calçadão etc.) ou no ‘simples’ (a padronização do turista em um *tipo ideal* de extraterrestre)” (Oliveira, 2006).

Há uma década, a única fonte de renda desta comunidade era a pesca⁸ e, posteriormente foi incorporado o turismo e outras atividades ligadas ao lazer. Dentro do corpo da infra-estrutura criada, merece destaque à construção da estrada de piçarra Mar e Lago (situada à leste da figura 2), final dos anos 1990, que além de ligar a praia das Barreiras ao Lago seco, conectou também a praia de Maceió.

O próprio grupo Italiano *Marilha Tours*, tinha um projeto ambicioso de dotar o município de Camocim de uma rede hoteleira bastante expressiva, chamado de *Camocim Global Village*, do qual, até agora, só vingou a construção do Boa Vista Resort, situado na Praia das Barreiras. Dentro deste projeto, a Praia de Maceió seria contemplada com o complexo hoteleiro *Tropical Village Maceió* que viria a dinamizar ainda mais aquele território. A inauguração deste complexo foi inicialmente, prevista para 2003, mas não ocorreu. Não obstante, o grupo estrangeiro citado acima vem adquirindo expressivos terrenos em Maceió, tendo criado uma grande polêmica em 2005, quando tentou proibir a instalação de barracas dos moradores nativos diante da sua pousada no local.

⁸ Isto porque a agricultura desenvolvida era de subsistência e com pouca representatividade.



Toda a adequação da praia buscou dar suporte às novas práticas marítimas, notadamente aos “excursionistas” (visitantes mais frequentes de Maceió que, conforme a OMT, não são considerados turistas). Os investimentos geraram novas formas de territorialização, com repercussão nos “atrativos” naturais das paisagens e nas relações entre turistas/excursionistas e moradores locais.

Maceió recebe principalmente nos feriados e finais de semana uma demanda considerável de excursionistas vindos, na sua maioria, de cidades da própria Região Norte. A paisagem litorânea, nesses momentos, passa então a dividir espaço com os diversos ônibus que trazem os “farofeiros” – como são conhecidos pejorativamente os excursionistas. São estas geralmente excursões organizadas por famílias ou instituições (escolas, igrejas, etc.).

Mesmo fazendo parte de uma Área de Preservação Ambiental (APA), essa é uma das principais praias do carnaval camocinense. Desde a abertura da estrada Mar e Lago que Maceió é, no período de carnaval, invadida por uma multidão de foliões. As comemorações nesta praia acontecem somente durante o período diurno, onde o governo local disponibiliza uma estrutura festiva para receber seus visitantes. A festa nesta praia veio a dividir o carnaval de Camocim, que até então só acontecia na praia das Barreiras.

Pela distância da sede de Camocim é intenso o fluxo de “topiks” fazendo o transporte de foliões para Maceió no carnaval. Mesmo em proporção pequena, parte dos gastos dos visitantes é retida pela comunidade local, que também se insere na cadeia produtiva desta estação. Como um dos pontos negativos neste período, apontamos à questão do acúmulo do lixo, o que poderá vir a comprometer a balneabilidade da praia no futuro. Sendo uma preocupação de limpeza pública, tornar-se-ia necessário um aperfeiçoamento na trabalho de coleta, que ainda se encontra insuficiente nestes dias de festa, o que pode imprimir uma imagem ruim na percepção dos visitantes.

As casas de veraneio⁹, por vez, já se destacam na paisagem da Praia de Maceió, o que evidencia o processo de urbanização (dotação de pavimentação, energia elétrica, abastecimento de água, acesso telefônico etc.) e o aumento da especulação imobiliária ocorrida na área. A presença de pousadas, barracas e ambulantes também denunciam um “novo território” em intensa metamorfose.

Com o veraneio e o turismo, o pescador da praia de Maceió vem sendo afastado da costa litorânea, conhecendo um processo que chamamos de interiorização, ou seja, quando esse passa a perder o domínio do território próximo do seu local de trabalho – o mar – e vai fixar residência no interior de seu povoado. Ressaltamos que, este ainda é um processo em estágio inicial.

No tocante ao veraneio, dois públicos merecem destaque na exploração de Maceió: as classes abastadas da própria cidade de Camocim e de Sobral. A cidade de Sobral, por estar a somente acerca de uma hora e meia de Camocim, ajuda a incrementar a nova racionalidade imobiliária da praia de Maceió, impulsionando sua valoração e conseqüente parcelamento.

A praia de Maceió, por intermédio de Camocim, vem fazendo parte cada vez mais de noticiários voltados ao marketing turístico, seja via internet, por revistas ou jornais. O Jornal Diário do Nordeste, por exemplo, fazendo apologia às potencialidades naturais de Camocim, trata Maceió como a “pérola do litoral oeste”, fazendo menção destacável a esta praia:

A praia do Maceió, localizado numa aprazível vila de pescadores, é uma das gratas surpresas na visita a Camocim. Emoldurada por coqueirais, Maceió é uma extensa praia com areia batida pelo mar. A praia tem uma estrutura de barracas e uma boa frequência de banhistas. É ideal para um gostoso mergulho no mar. (Jornal Diário do Nordeste, 03/08/2007).

Perante tal “assédio”, o quadro de vendas dos terrenos em Maceió tenderá a ser ampliado, até pela expressividade de exploração do turismo em transformar o lugar em local feérico, lhe garantido visibilidade.

Diversas comunidades do litoral cearense sofrem intervenções do poder dos empresários turísticos que, com o aval do Estado, instalam-se e dominam as decisões locais, sem oportunizar direito de voz aos autóctones que geralmente ficam excluídos dos benefícios gerados.

⁹ Também conhecidas como segunda residência ou residência secundária “é conhecida, tradicionalmente, como uma habitação de lazer situada fora do entorno habitual dos seus usuários e ocupada, temporariamente, nos finais de semana, nos feriados e nas férias anuais” (Assis, 2006).



O litoral passa por uma transformação em termos de uso e ocupação. O cientista que se aventura em analisá-lo deve compreendê-lo como espaço dividido, como território de conflitos. O estudo comprometido, qualquer que seja, deve discutir o âmago da situação. A esse respeito, Silva (2006, p. 50) sobrepõe que: “O conflito por uma terra de aparência inóspita está instaurado. Montes de areia são reclamados. Para os pescadores, marisqueiras e bordadeiras, a terra é uma questão fundante, para a garantia de seu cotidiano. As comunidades do litoral, historicamente constituídas reclamam pela permanência de suas atividades de trabalho, de suas crenças e tradições, pelo significado e sentido de suas vidas simples. Quando possível, demarcam seus territórios e reagem. Lutam evitando a migração compulsória imposta pela pressão dos grandes grupos corporativos que modificam o tipo de uso daquela faixa do estado. Os sujeitos reclamantes, o pescador e seus companheiros são os beneficiários imediatos da demanda. O território é condição de produção e reprodução de sua vida, é a garantia da manutenção de seus vínculos afetivos com o lugar, de preservação de seus traços identitários.”

Na comunidade de Maceió, alguns moradores, sob uma alegação de pertença, até por influencia dos moradores da praia da Tatajuba, mais precisamente da ACOMOTA (Associação Comunitária dos moradores de Tatajuba), já vêm sentindo a necessidade de uma melhor organização, no sentido de resistir às novas aplicações sobre seus territórios, não ficando alheios a um processo exploratório.

Diante dos diversos usos da praia referida, e mesmo sabendo que podemos apontar micro territórios nesta, grosso modo, percebemos em Maceió a “diferenciação de dois tipos de territórios”: um território de resistência e um território inovado – ou seja, proposto pela lógica capitalista. Estes numa relação dialética convivem e são reafirmados pelo e no lugar, o que ainda nos leva a compreender que “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território” (Santos, 2006, p.137), onde as “redes”, cada vez mais, moldam os territórios. “O território hoje, mais do que nunca é também movimento, ritmo, fluxo, rede” (Haesbaert, 2006).

Contudo, diante da distinção hierárquica realizada, quanto ao primeiro tipo de Território apontado, fazemos menção ao lugar de permanência do ser pobre, do pescador. Aonde o mar é sua maior condição de sobrevivência, associado intimamente ao fator moradia. É onde algumas pessoas continuam a manter o que lhes foram passadas de herança, porções que ainda preserva um ambiente bucólico, por parte dos mesmos. É, pois correto lembrar que “no litoral se vive e se trabalha” (Yázigi, 2001).

Já na segunda espécie de território apontado, nos referimos à extensão idealizada para *os de fora*. Os turistas, os veranistas e os excursionistas. É neste que encontramos os aparatos modernos, associados ao uso turístico e de lazer. Sua produção e reprodução, muitas vezes, negam a vida dos pescadores, indivíduos que são relegados de algo que historicamente lhes foram essência. É, por assim, um território inovado porque é planejado por promotores que visam lucrar com sua exploração.

Contudo, é provável que os investimentos e a demanda turística na Praia de Maceió cresçam nos próximos anos, tornando-se necessário que a comunidade esteja atenta para os possíveis conflitos que podem ocorrer em defesa do território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais, o litoral desponta como parcela territorial de sumo valor comercial e paisagístico. Ao longo da história, saímos de paradigmas que indicavam a sociedade a se distanciar do mar, divulgando-o como um território sombrio, para uma sociedade que além de visitá-lo, habita esta porção terrestre.

A transformação e a busca pelo litoral geram um fenômeno que aqui chamamos de “litoralização” (Dantas, 2006), entendido pela agregação de valor a este espaço. É pela sua apropriação que a valorização ocorre, assim, como também – em alguns casos – o inverso pode ser verdadeiro.

Em Camocim o processo de litoralização acontece em paralelo com as políticas desenvolvimentistas de escalas maiores: regional, nacional e universal. Em contrapartida, merecem destaque às ações do poder público local como agente de relações intra-urbanas e interurbanas voltadas para o turismo, atraindo inclusive investimentos de ordem estrangeira.



A praia de Maceió, como descoberta da litoralização em Camocim, precisa, através de sua comunidade, ampliar suas discussões político-territoriais, chamando a atenção dos diversos grupos de usuários e setores contidos em seu meio e intermediações.

Embora a valorização do espaço litorâneo de Camocim tenha proporcionado uma maior visibilidade à cidade, abrindo leque para diversas práticas marítimas, a mesma ainda não se porta como um lugar essencialmente turístico. Planejamento e discernimento lhes são necessários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assis, L. F. de. 2006. Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (org). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica. 446 p. 2003.

Almeida, M. G. 1997. de. Turistificação – os novos atores e imagens do litoral cearense. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS. 6. Anais... João Pessoa/Recife: AGB/Neo Planos, jul.

Carlos, A. F. A. 2005. A cidade. 8. ed. São Paulo: Contexto.

Cazes, G. 1999. Les littoraux en proie au tourisme, Hérodote n° 93: Littoral, frontières marines. Paris: La Découverte.

Corbin, A. 1988. Le territoire du vide: l'Occident et le désir du rivage (1750-1840). Paris: Aubier.

Dantas, E. W. C. 2002a. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. Mercator, ano 1, n.1.

_____.2002b. Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará.

_____. 2006. “Litoralização” do Ceará: Fortaleza, da “capital do Sertão” a “Cidade do Sol”. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (org). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica. 446 p.

Haesbaert, R. 2006. Territórios alternativos. 2 ed. São Paulo: Contexto.

Jornal Diário do Nordeste. 2007. Caderno turismo, p.8. Fortaleza, 03 de Agosto.

Monteiro, T. M. 1984. Camocim Centenário 1879 -1979. Imprensa Oficial do Ceará (IOCE).

Oliveira, C. D. M. 2006. A complexidade territorial do turismo: atores, cenários e relacionamentos. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise. (org). Panorama da Geografia brasileira I. São Paulo: Annablume.

Rodrigues, J. B. 2001. Análise da contribuição do PROURB para o planejamento local sustentável: a experiência de Camocim no período de 1996 a 2000. Dissertação de Mestrado – UVA/Sobral - Universidade de Lisboa/Portugal.

Santos, M; Silveira, M. L. 2001. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record.

Santos, M. 2005. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: EDUSP.

Silva, J. B. da. 2006. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (org). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica. 446 p.

Souza, J. A. X. de; Assis, L. F. de. 2007. A “turistificação” do espaço em Camocim e sua discussão nas aulas de Geografia do ensino médio. Homem, Tempo e Espaço – revista on line. Sobral, v. 1, n. 1, p. 1-19, set. Disponível em: http://www.uvanet.br/rhet/artigos/art_turistificacao_jl.pdf

Yázigi, E. 2002. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano nos litorais e montanhas. 2. ed. São Paulo: Contexto.